

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj**  
**EDITAL UFF/PROEX - Fluxo Contínuo 2022**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

**PROCESSO N°:**

**SIGProj N°: 378377.2126.232608.16052022**

**PARTE I - IDENTIFICAÇÃO**

**TÍTULO: Antirracismo e as mobilizações profissionais do campo do direito**

**TIPO DA PROPOSTA:**

Curso  Evento  Prestação de Serviços  
 Programa  Projeto

**ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:**

Comunicação  Cultura  Direitos Humanos e Justiça  Educação  
 Meio Ambiente  Saúde  Tecnologia e Produção  Trabalho  
 Desporto

**COORDENADOR: Pedro Heitor Barros Geraldo**

**E-MAIL: pedrogeraldo@id.uff.br**

**FONE/CONTATO: 21982099907**

**UFF - Universidade Federal Fluminense**  
**PROEX - Pró-Reitoria de Extensão**

**FORMULÁRIO DE CADASTRO DE CURSO DE EXTENSÃO**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

<b>PROCESSO N°:</b>
<b>SIGProj N°: 378377.2126.232608.16052022</b>

---

## 1. Introdução

---

### 1.1 Identificação da Ação

<b>Título:</b>	Antirracismo e as mobilizações profissionais do campo do direito
<b>Coordenador:</b>	Pedro Heitor Barros Geraldo / Docente
<b>Tipo da Ação:</b>	Curso
<b>Edital:</b>	UFF/PROEX - Fluxo Contínuo 2022
<b>Faixa de Valor:</b>	
<b>Vinculada à Programa de Extensão?</b>	Não
<b>Instituição:</b>	UFF - Universidade Federal Fluminense
<b>Unidade Geral:</b>	InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos
<b>Unidade de Origem:</b>	DSP - Departamento de Segurança Pública
<b>Início Previsto:</b>	06/06/2022
<b>Término Previsto:</b>	14/09/2022
<b>Possui Recurso Financeiro:</b>	Não

### 1.2 Detalhes da Proposta

<b>Carga Horária Total da Ação:</b>	120 horas
<b>Justificativa da Carga Horária:</b>	O curso envolverá diferentes profissionais com competências distintas de diferentes áreas do conhecimento, por esta razão o curso tem sua carga horária dividida em 3 módulos distintos.
<b>Periodicidade:</b>	Eventual
<b>A Ação é Curricular?</b>	Não

**Abrangência:** Estadual

**Estado Atendido:** Rio de Janeiro

**Municípios Atendidos:**

Sao Joao de Meriti	Sao Goncalo
Tangua	Seropedica
Nilopolis	Mage
Marica	Niteroi
Rio de Janeiro	Nova Iguacu
Paracambi	Guapimirim
Itaborai	Itaguaí
Duque de Caxias	Japeri
Queimados	Rio Bonito
Belford Roxo	Cachoeiras de Macacu

### 1.2.1 Turmas

#### Turma 1

**Identificação:** Primeira turma  
**Data de Início:** 06/06/2022  
**Data de Término:** 14/09/2022  
**Tem Limite de Vagas?** Sim  
**Número de Vagas:** 30  
**Tem Inscrição?** Não  
**Local de Realização:** Niterói e de forma remota

### 1.3 Público-Alvo

Advogadas e advogados associados ao IDPN.

**Nº Estimado de Público:** 40

**Discriminar Público-Alvo:**

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0

Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	40	40
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>40</b>

Legenda:

(A) Docente

(B) Discentes de Graduação

(C) Discentes de Pós-Graduação

(D) Técnico Administrativo

(E) Outro

#### 1.4 Caracterização da Ação

**Área de Conhecimento:** Ciências Humanas » Sociologia » Outras Sociologias Específicas

**Área Temática Principal:** Direitos Humanos e Justiça

**Área Temática Secundária:** Educação

**Linha de Extensão:** Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares

**Caracterização:** À Distância

**Subcaracterização 1:**

#### 1.5 Descrição da Ação

##### Resumo da Proposta:

Este curso de extensão tem por objetivo apoiar e fomentar a formação sócio-jurídica de advogadas e advogados associados ao Instituto de Defesa da População Negra para que possam se aprimorar e desenvolver, em parceria com o IDPN, suas expertises profissionais com o subsídio das pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito e mais amplamente da rede de pesquisadores do INCT-InEAC. Além disto, a formação proverá uma formação das abordagens sócio-jurídicas do direito penal, processo e execução penal; os temas atuais afetos às relações de raça e racismo nas ciências sociais; e uma discussão de estratégias situacionais e jurídicas para a defesa da população negra. Espera-se com isto identificar e reproduzir formas de defesas institucionais e jurídicas entre os profissionais extensionistas.

##### Palavras-Chave:

defesa da população negra, mobilizações sociais do direito, Luta antirracista, justiça, Direito

##### Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

O curso de extensão com os advogados associados em parceria com o Instituto de Defesa da População Negra busca aproximar as jovens advogadas negras e os jovens advogados negros do ambiente universitário de forma contribuir para uma organização dos aspectos jurídicos e sócio-antropológicos da prática profissional. O desenvolvimento desta metodologia tem por objetivo estabelecer uma relação de parceria com estes profissionais contribuindo para sua qualificação profissional. O curso de extensão é apoiado pelo IDPN contém três partes:

a) A primeira com profissionais da rede do IDPN para tratar de aspectos jurídicos-dogmáticos de temas selecionados pela Coordenação acadêmica do mesmo, ao mesmo tempo o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito indicará pesquisadores para tratar dos aspectos sócio-jurídicos em torno dos temas selecionados;

b) A segunda etapa consiste na seleção de temas sócio-antropológicos e políticos afetos aos temas selecionados também pelo IDPN a partir de pesquisas realizadas na rede do INCT-InEAC da qual o NSD faz parte.

c) Por fim, buscaremos realizar uma oficina de teses jurídicas antidiscriminatórias a partir de questões sócio-jurídicas identificadas na prática dos profissionais e nas pesquisas realizadas no âmbito do NSD.

Além da qualificação profissional, esperamos igualmente uma qualificação para a demanda para as linhas de pesquisas das pós-graduações em que atuo, no Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). Neste curso, buscaremos utilizar a pesquisa como princípio de ensino, em que os participantes se socializam com as pesquisas e práticas da pesquisa empírica no direito. Deste modo, esperamos qualificar a demanda para as seleções de mestrado (PPGJS-UFF, PPGSD-UFF e PPGD-UNIRIO) e do doutorado no (PPGSD).

O objetivo é formar os profissionais para um maior diálogo com a sociedade por meio de práticas reflexivas de pesquisa. Desta forma, o impacto é produzido na transferência de conhecimento para as instituições do estado. Este projeto será executado com o apoio e a parceria do IDPN. Assim, esperamos retornar em termos de qualificação dos profissionais apoiando o desenvolvimento e aprimoramento de jovens advogadas negras e advogados negros. Outro resultado é a aproximação destes jovens profissionais com a universidade pública através das atividades de extensão e do núcleo de pesquisa. Indiretamente, espera-se que este projeto possa fomentar a qualificação da demanda nas seleções de mestrado e doutorado dos Programas de Pós-graduação dos quais os professores coordenadores da proposta atuam.

### 1.5.1 Justificativa

O racismo é um fenômeno reproduzido e tolerado socialmente em diferentes interações em nossa sociedade e no âmbito das instituições jurídicas. Os diferentes movimentos em torno da luta antirracista transformaram-se em discussões do campo do direito brasileiro com a criação de categorias jurídicas para alargar a compreensão do que significa racismo para os operadores do direito. O campo do direito brasileiro se caracteriza por um conjunto de relações entre operadores do direito que buscam administrar conflitos a partir de “teorias” difundidas nos cursos de direito que reforçam a alienação do significado das regras jurídicas em relação a sociedade por meio de uma linguagem e práticas que têm teorias implícitas do poder dos operadores do direito. A tradição humanista-filosófica de ensino do direito no Brasil tem negligenciado o papel das ciências sociais nas sociedades modernas. Ao passo que outras tradições de ensino do direito, como a francesa, por exemplo, buscam incorporar a forma científica de compreensão do mundo social através da ciência política e da história, especialmente, mas também da sociologia e da antropologia.

No Brasil, o campo do direito reproduz seu conhecimento por meio de uma prática que valoriza o pensamento filosófico como se científico fosse e incorpora diferentes discussões nestes transformando o significado das demandas sociais. O poder sobre os rituais e produção de registros faz com que muitas violências praticadas entre os operadores não seja objeto de registro e não tenha visibilidade alguma. Além disto, os movimentos antirracistas têm apontado a forma como os instrumentos jurídicos têm sido utilizados para reforçar o caráter repressivo e inquisitório das práticas dos operadores do direito. As teorias do “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019) e da “hermenêutica negra para a interpretação da igualdade” (MOREIRA, 2019) são compreensões dos problemas sociais dos brasileiros, mas também mobilizações profissionais para consagração de um conhecimento que evidencia dois problemas: a ausência destas discussões de forma institucionalizada na educação jurídica; e a construção de um problema de responsabilidade institucional e não apenas reativas às idiossincrasias dos membros das instituições para que estas práticas não sejam reproduzidas cotidianamente. O que favorece a reprodução de um racismo ordinário no âmbito das instituições de justiça (GERALDO; RAMOS, 2020).

As pesquisas sobre a organização das práticas da justiça no Brasil têm demonstrado as dificuldades de se restringir o arbítrio dos operadores da justiça em relação à produção da decisão. Os dispositivos jurídicos são qualificados nas pesquisas sócio-antropológicas como submetidos às moralidades particulares dos agente públicos, o que permitiria identificar a arbitrariedade na gestão destes conflitos por parte das

instituições de segurança pública e justiça criminal (ADORNO, 1993; ZALUAR, 1999; KANT DE LIMA; MENDES DE MIRANDA; MISSE, 2000; AQUINO; FREITAS, 2018; AZEVEDO; SINHORETTO, 2018; RATTON, 2018). Outro conjunto de pesquisas atribui estas arbitrariedades à própria forma de organização inquisitorial destas instituições em que a produção dos registros serve a confirmar as versões inscritas e controladas pelos próprios agentes públicos (KANT DE LIMA, 1995, 2007; LUPETTI BAPTISTA, 2013). Além da qualificação profissional, esperamos igualmente uma qualificação para a demanda para as linhas de pesquisas das pós-graduações do Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança (PPGJS), do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) na UFF; e no Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da UNIRIO. Neste curso, buscaremos utilizar a pesquisa como princípio de ensino, em que os participantes se socializam com as pesquisas e práticas da pesquisa empírica no direito. Deste modo, esperamos qualificar a demanda para as seleções de mestrado e do doutorado nos PPGs envolvidos.

### 1.5.2 Fundamentação Teórica

O combate às discriminações de qualquer natureza é um dos objetivos de nossa República, todavia o tratamento desigual e racista de nossas instituições jurídicas é cada vez mais reafirmado pelas pesquisas institucionais. O Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014) identificou uma sub-representação de negros como juízes e juízas em todas as suas instituições. A Resolução nº 336, de 29 de setembro de 2020 buscou promover reserva de vagas nos concursos públicos de ingresso à magistratura. O relatório da comissão de promoção da igualdade racial no judiciário identificou igualmente os entraves para a sanção da injúria racial e racismo e a necessidade de formações específicas para a promoção da igualdade (CNJ, 2020). Em seguida, a pesquisa sobre Negros e negras no poder judiciário identificou o longo caminho para a promoção da igualdade do acesso a carreira da magistratura (CNJ, 2021) que identificou:

“que apenas cinco Tribunais de Justiça já atingiram equivalência nas cotas, pois o percentual de magistrados(as) negros(as) é superior ao parâmetro de inclusão estipulado. Em outros 16 TJs há déficit de cotas, ou seja, há menos pessoas negras do que o esperado, e em seis tribunais o resultado não pode ser calculado por ausência de informação (TJPB, TJAL, TJAC, TJAM, TJMT, TJRJ).” (CNJ, 2021, p. 78)

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro também tem promovido a igualdade racial por meio da reserva de vagas em seus concursos de acesso à carreira, mas também identificado as discriminações em diferentes relatórios (“A Defensoria em dados II”, 2020; DPERJ, 2020) que enfatizam a seletividade do sistema de justiça criminal e as formas de invisibilização da violência contra a população negra.

Em relação à advocacia, a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro também estabeleceu formas de promover a igualdade racial em suas instâncias:

“O Conselho Seccional da OAB do Rio de Janeiro, reunido no último dia 5 deste mês, à unanimidade, resolveu aprovar a presente Nota de Apoio às cotas raciais e de gênero, que estão programadas para serem realizadas nas próximas eleições da Ordem dos Advogados do Brasil, com percentuais de 50% para mulheres e 30% para advogados e advogadas pretos e pardos, em todos os níveis das chapas da OAB, inclusive na Caixas de Assistência.” (OABRJ, 2021)

Estas iniciativas se concentram nos aspectos institucionais internos valorizando a representatividade dos profissionais negros em suas instâncias. O reconhecimento do racismo no seio das instituições tem permitido a profusão de iniciativas, especialmente no Estado do Rio de Janeiro. A advocacia também produziu iniciativas como a paridade a reserva de candidatos pretos e pardos nas eleições da OAB.

No âmbito do mercado da advocacia, uma nova rede de advogados se associa em torno do Instituto de Defesa da População Negra, o IDPN, que credencia a partir de editais novas advogadas negras e advogados negros para oferecer serviços de advocacia pro bono, inclusive a atuação no processo de réus negros vulneráveis. Suas ações têm cada vez mais se expandindo e dando visibilidade ao tratamento dispensado à população negra na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras regiões metropolitanas do país. Os cursos de formação oferecidos por convidados são realizados com frequência permitindo articular profissionais de diferentes instituições e regiões do país. Além disto, a atuação em conjunto com outras organizações não-governamentais fomenta a oferta de serviços de assessoria jurídica

para a população vulnerável. E também patrocinando os casos na justiça criminal e cível. Outra vertente é a atuação como *amicus curiae* nas ações no Supremo Tribunal Federal.

O IDPN reúne e capacita seus associados em torno dos temas propriamente jurídicos da atuação em processos, mas também na formação de cunho crítico e humanístico para estes advogados, todos eles afetos a uma compreensão mais ampla dos efeitos perniciosos do racismo em nossa sociedade.

Em sua apresentação institucional, o IDPN busca: “Utilizar o sistema de justiça como ferramenta para a defesa da população negra, coletiva ou individualmente, bem como para a efetivação e ampliação de políticas públicas voltadas para esse grupo social conforme previsto na lei de igualdade racial 12.288 / 2010.” Entretanto, a organização da justiça e suas formas constituem-se em entraves renitentes para a promoção da igualdade racial.

Do ponto de vista metodológico, as discriminações de natureza racial serão aquelas que os próprios interlocutores identificarem durante o trabalho de campo, uma vez que o conceito de “raça” nas ciências sociais corresponde a uma construção social sem nenhuma relação com uma realidade natural (GUIMARÃES, 2009). Esta construção social tem suas especificidades no Brasil produzindo um “preconceito de marca” em oposição ao “preconceito de origem” como explica Oracy Nogueira (2007). A associação com a cor da pele tem suas origens nas teorias científicas eugênicas que justificavam as discriminações e ensejaram uma política racista de “embranquecimento” da população brasileira desde o final do século XIX; passando pelo mito da democracia racial (GUIMARÃES, 2004). A politização da categoria “raça” enquanto uma categoria produziu outros efeitos a partir das mobilizações do Movimento Negro Unificado (GUIMARÃES, 2012; SCHWARTZMAN, 2009). Para fins desta iniciativa, o objetivo é utilizar estas chaves compreensivas deste fenômeno fortemente arraigado em nossas práticas sociais e institucionais para contribuir para o mercado profissional da advocacia em relação ao envolvimento destes profissionais com a defesa da população negra buscando aprimorar a expertise jurídica para fomentar práticas antidiscriminatórias; e valorizando as prerrogativas profissionais.

### 1.5.3 Objetivos

- 1) Integrar uma abordagem científica à formação dos operadores do direito;
- 2) Socializar os monitores do Curso de Segurança Pública e Social nas discussões sobre o racismo entre os operadores do direito;
- 3) Realizar oficinas pra fazer as “peças jurídicas” visando a garantia de direitos contra práticas do racismo ordinário nos tribunais;
- 4) estudar “teses jurídicas” para situar o racismo como um fenômeno identificado pelas ciências sociais no mundo do direito;
- 5) Socializar os profissionais para a compreensão de uma perspectiva prática da produção do direito a partir da análise dos aspectos interacionais e cognitivos dos casos concretos relacionados com o sistema de justiça e instituições de segurança pública.

O curso será realizado com a parceria do Instituto de Defesa da População Negra. Além da qualificação profissional, esperamos uma qualificação para a demanda para as linhas de pesquisas das pós-graduações em que atuo, no Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). Neste curso, buscaremos utilizar a pesquisa como princípio de ensino, em que os participantes se socializam com as pesquisas e práticas da pesquisa empírica no direito. Deste modo, esperamos qualificar a demanda para as seleções de mestrado (PPGJS, PPGSD e PPGD-UNIRIO) e do doutorado no (PPGSD).

### 1.5.4 Metodologia e Avaliação

A avaliação das atividades será realizada pelo cumprimento da carga horária mínima e de uma redação individual de cada um dos participantes ao final do curso para relatar sua experiência profissional nos fóruns de justiça. Não haverá uma nota para esta atividade. A entrega do relato constituirá a avaliação da participação do curso.

### **1.5.5.1 Conteúdo Programático**

1. Apresentação do curso, do IDPN e dos alunos
2. O ensino jurídico antirracista
3. Letramento racial
4. História do movimento negro
5. Formação jurídica e dogmática
6. ANPP
7. Prova e Cadeia de Custódia
8. HC e Revisão Criminal
9. Audiência de Custódia
10. Processo Penal: principais fundamentos
11. Progressão da pena e atuação na execução penal
12. Crimes Patrimoniais e Reconhecimento Fotográfico
13. Tribunal do Júri e seus procedimentos
14. Lei de Drogas e controle penal
15. Pacote anticrime
16. A organização da justiça em perspectiva comparada
17. Processo Penal numa perspectiva empírica e comparada por contraste
18. As práticas da Audiência de Custódia
19. ANPP: decisão e arbítrio dos operadores do direito
20. Território, poder e mercados informais
21. Prova e perícia
22. Execução da pena e os efeitos do encarceramento em massa no sistema prisional
23. Racismo e intolerância religiosa
24. O Tribunal do Júri em contexto e em ação
25. Lei de Drogas no contexto proibicionista
26. Mobilização dos direitos e Familiares em Luta
27. Genocídio a brasileira
28. O IDMRJ e o projeto de abolição das polícias
29. Encarceramento em massa
30. As Vertentes da desigualdade o universalismo francês e a hierarquia brasileira em questão
31. As elites jurídicas
32. O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero
33. Organização das oficinas presenciais no InEAC
34. Avaliação do curso pelos participantes

### **1.5.6 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão**

Este curso de extensão tem por objetivo articular as atividades de ensino realizada pelos professores coordenadores em parceria com os coordenadores do IDPN. Os conteúdos está fortemente articulado com as pesquisas realizadas no âmbito do NSD-InEAC e mais amplamente da rede de pesquisa INCT-InEAC. O curso é uma forma de dar visibilidade a estas pesquisas. Do ponto de vista da prática profissional, o último módulo do curso é uma oficina de prática de redação de petições e peças jurídicas por parte dos profissionais com o objetivo de transformar as pesquisas sócio-jurídicas em argumentos de defesa técnica nos casos indicados.

Além disto, este curso conta com o apoio da FAPERJ por meio do programa Jovem Cientista do Nosso Estado por meio do projeto de pesquisa com o mesmo título em nome do coordenador deste curso. Assim, o curso integra um projeto de pesquisa com financiamento público e em estreita relação com os programas de pós-graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) e em Sociologia e Direito (PPGSD). Além do curso de bacharelado em Segurança pública e social do InEAC-UFF.



### 1.5.7 Avaliação

#### Pelo Público

A avaliação das atividades será realizada pelo cumprimento da carga horária mínima e de uma redação individual de cada um dos participantes ao final do curso para relatar sua experiência profissional nos fóruns de justiça. Não haverá uma nota para esta atividade. A entrega do relato constituirá a avaliação da participação do curso.

Por fim, espera-se também que os extensionistas possam realizar uma avaliação qualitativa sobre o curso a fim de aprimorar sua oferta e contribuir para o desenvolvimento do IDPN.

#### Pela Equipe

A avaliação da equipe de execução será realizada em função do atendimento aos objetivos do curso.

### 1.5.8 Referências Bibliográficas

A Defensoria em dados II: pesquisas realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. . Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/4dd1533962d84aad9282a0bcd07e520d.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ADORNO, S. A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorde Temático. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 1, n. 35, p. 3–24, 1993.

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AQUINO, J.; FREITAS, F. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 84, p. 107–147, 9 out. 2018.

AZEVEDO, R.; SINHORETTO, J. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 84, p. 188–215, 9 out. 2018.

CNJ. Censo do Poder Judiciário: VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CNJ. Relatório de atividade Igualdade Racial no judiciário. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <[https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio\\_Igualdade-Racial\\_2020-10-02\\_v3-2.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio_Igualdade-Racial_2020-10-02_v3-2.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CNJ. Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-210921.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

DPERJ. Perfil dos entrevistados pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro nas audiências de custódia entre setembro de 2017 e setembro de 2019. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/0b6d8d161c1b41739e7fc20cca0c1e39.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

GERALDO, P. H. B.; RAMOS, J. S. Em razão da sua raça JOTA Info, 21 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/judiciario-e-sociedade/em-razao-da-sua-raca-21082020>>. Acesso em: 8 nov. 2021

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. Revista de Antropologia, v. 47, p. 9–43, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e antirracismo no Brasil. 3a edição ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, A. S. A. The Brazilian system of racial classification. Ethnic and Racial Studies, v. 35, n. 7, p. 1157–1162, 2012.

KANT DE LIMA, R. A polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, R. Administração de conflitos, espaço público e cidadania: uma perspectiva comparada. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, p. 11–16, 3 maio 2007.

KANT DE LIMA, R.; MENDES DE MIRANDA, A. P.; MISSE, M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em

Ciências Sociais - BIB, v. 2, n. 50, p. 45–123, 2000.

LUPETTI BAPTISTA, B. G. Paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial: entre “quereres” e poderes’. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2013.

MOREIRA, A. J. Pensando Como um Negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica. Edição: 1 ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, v. 19, n. 1, jun. 2007.

OABRJ. Conselho Seccional da OABRJ reafirma apoio às cotas raciais e de gênero nas eleições da Ordem e da Caixa. Disponível em: <<https://www.oabrj.org.br/noticias/conselho-seccional-oabrj-reafirma-apoio-as-cotas-raciais-genero-nas-eleicoes-ordem-caixa>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

RATTON, J. Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das Ciências Sociais. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 84, p. 5–12, 9 out. 2018.

SCHWARTZMAN, L. F. Seeing Like Citizens: Unofficial Understandings of Official Racial Categories in a Brazilian University\*. Journal of Latin American Studies, v. 41, n. 2, p. 221–250, maio 2009.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Ed.). O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995. São Paulo: ANPOCS, 1999. p. 13–107.

### 1.5.9 Observações

## 1.6 Divulgação/Certificados

<b>Meios de Divulgação:</b>	Internet
<b>Contato:</b>	pedrogeraldo@id.uff.br
<b>Emissão de Certificados:</b>	Participantes, Equipe de Execução
<b>Qtde Estimada de Certificados para Participantes:</b>	30
<b>Qtde Estimada de Certificados para Equipe de Execução:</b>	32
<b>Total de Certificados:</b>	62
<b>Menção Mínima:</b>	
<b>Frequência Mínima (%):</b>	75
<b>Justificativa de Certificados:</b>	Os certificados serão atribuídos aos professores e profissionais convidados a ministrar aulas e para os extensionistas.

## 1.7 Outros Produtos Acadêmicos

<b>Gera Produtos:</b>	Sim
<b>Produtos:</b>	Livro Oficina Produto Audiovisual-Vídeo Relatório Técnico
<b>Descrição/Tiragem:</b>	Espera-se que os relatos de experiência nos fóruns pelos

**1.8 Anexos**

Nome	Tipo
termos_assinados.pdf	Termo de Adesão ao Serviço Voluntário
carta_de_apoio_institucional_idpn.pdf	Outro
aprovacao_projeto_jcne_2022_faperj.pdf	Outro
ata_reuniao_conjunta_iac.dsp.ssp_08.2021_dezembro__1_.pdf	Ata Departamental

**2. Equipe de Execução****2.1 Membros da Equipe de Execução****Docentes da UFF**

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Ana Paula Mendes de Miranda	Dedicação exclusiva	UFF	3 hrs	Ministrante
Carlos Victor Nascimento dos Santos	Dedicação exclusiva	UFF	120 hrs	Ministrante, Vice-Coordenador
Fabio Reis Mota	Dedicação exclusiva	UFF	3 hrs	Ministrante
Frederico Policarpo	Dedicação exclusiva	UFF	3 hrs	Ministrante
Lenin dos Santos Pires	Dedicação exclusiva	UFF	3 hrs	Ministrante
Lucía Eilbaum	Dedicação exclusiva	UFF	3 hrs	Ministrante
Pedro Heitor Barros Geraldo	Dedicação exclusiva	UFF	120 hrs	Coordenador(a), Ministrante
Roberto Kant de Lima	20 horas	UFF	3 hrs	Palestrante
Vladimir de Carvalho Luz	Dedicação exclusiva	UFF	16 hrs	Ministrante

**Discentes da UFF**

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Ana Paula de Oliveira Sciammarella	Ppgsd	UFF	120 hrs	Ministrante, Vice-Coordenador

**Técnico-administrativo da UFF**

Não existem Técnicos na sua atividade

**Outros membros externos a UFF**

Nome	Instituição	Carga	Função
Betânia de Oliveira Almeida de Andrade	UFF	4 hrs	Ministrante, Palestrante
Daniel Veloso Hirata	UFF	3 hrs	Ministrante
Djefferson Amadeus	IDPN	120 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora

Eduardo Januário Newton	DPERJ	3 hrs	Ministrante
Eduardo Ribeiro dos Santos	Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas	3 hrs	Ministrante
Flavia Medeiros Santos	UFSC	3 hrs	Ministrante
Fransergio Goulart	IDMRJ	3 hrs	Ministrante
Gisele Fiorentino	IDMRJ	3 hrs	Ministrante
Gustavo Noronha de Ávila	PPGCJ-UniCesumar e UEM	3 hrs	Ministrante
Ilzver de Matos Oliveira	UNIT	11 hrs	Ministrante
Joel Luiz Costa	IDPN	120 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora
João Guilherme Gualberto Torres	OAB	3 hrs	Ministrante
Juliana Sanches Ramos	UFF	120 hrs	Ministrante, Membro da Comissão Organizadora, Palestrante, Voluntário(a)
Kizzy Collares Antunes	AGU	3 hrs	Ministrante
Letícia Barros Corrêa de Lima	UFF	120 hrs	Discente Voluntário(a)
Lucas Orlando Pinheiro	UFF	120 hrs	Discente Voluntário(a)
Luiza Barçante Sanandres	NSD	3 hrs	Ministrante, Palestrante
Marcelo da Silveira Campos	UFGD	3 hrs	Ministrante
Maria Gorete Marques de Jesus	USP	3 hrs	Ministrante, Palestrante
Monique de Carvalho Cruz	Justiça Global	3 hrs	Ministrante
Patrícia de Oliveira	Rede de Movimentos e Comunidades contra Violência	3 hrs	Ministrante
Paulo Eduardo Alves da Silva	FDRP-USP	16 hrs	Ministrante, Palestrante
Samuel Santana Vida	UFBA	4 hrs	Ministrante

**Coordenador:**

Nome: Pedro Heitor Barros Geraldo

Nº de Matrícula: 2478104  
CPF: 04479086692  
Email: pedrogeraldo@id.uff.br  
Categoria: Professor Associado  
Fone/Contato: 21982099907

## 2.2 Cronograma de Atividades

**Atividade:** 1º Módulo - Formação jurídica e dogmática

**Início:** Jun/2022 **Duração:** 1 Mês

**Somatório da carga horária dos membros:** 252 Horas/Mês

**Responsável:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 30 horas/Mês)

**Membros Vinculados:** Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 30 horas/Mês)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 30 horas/Mês)  
Juliana Sanches Ramos (C.H. 30 horas/Mês)  
João Guilherme Gualberto Torres (C.H. 3 horas/Mês)  
Joel Luiz Costa (C.H. 30 horas/Mês)  
Gustavo Noronha de Ávila (C.H. 3 horas/Mês)  
Eduardo Ribeiro dos Santos (C.H. 3 horas/Mês)  
Eduardo Januário Newton (C.H. 3 horas/Mês)  
Djefferson Amadeus (C.H. 30 horas/Mês)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 30 horas/Mês)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 30 horas/Mês)

---

**Atividade:** 2º Módulo - A perspectiva empírica sobre as práticas jurídicas

**Início:** Jul/2022 **Duração:** 1 Mês

**Somatório da carga horária dos membros:** 459 Horas/Mês

**Responsável:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 51 horas/Mês)

**Membros Vinculados:** Roberto Kant de Lima (C.H. 3 horas/Mês)  
Patrícia de Oliveira (C.H. 3 horas/Mês)  
Monique de Carvalho Cruz (C.H. 3 horas/Mês)  
Maria Gorete Marques de Jesus (C.H. 3 horas/Mês)  
Marcelo da Silveira Campos (C.H. 3 horas/Mês)  
Luiza Barçante Sanandres (C.H. 3 horas/Mês)  
Lucía Eilbaum (C.H. 3 horas/Mês)  
Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 51 horas/Mês)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 51 horas/Mês)  
Lenin dos Santos Pires (C.H. 3 horas/Mês)  
Kizzy Collares Antunes (C.H. 3 horas/Mês)  
Juliana Sanches Ramos (C.H. 51 horas/Mês)  
Joel Luiz Costa (C.H. 51 horas/Mês)  
Ilzver de Matos Oliveira (C.H. 3 horas/Mês)  
Gisele Fiorentino (C.H. 3 horas/Mês)  
Frederico Policarpo (C.H. 3 horas/Mês)  
Fransergio Goulart (C.H. 3 horas/Mês)  
Flavia Medeiros Santos (C.H. 3 horas/Mês)  
Fabio Reis Mota (C.H. 3 horas/Mês)

Djefferson Amadeus (C.H. 51 horas/Mês)  
Daniel Veloso Hirata (C.H. 3 horas/Mês)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 51 horas/Mês)  
Ana Paula Mendes de Miranda (C.H. 3 horas/Mês)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 51 horas/Mês)

---

**Atividade:** 3º Módulo - As oficinas de redação de peças jurídicas

**Início:** Ago/2022 **Duração:** 1 Mês

**Somatório da carga horária dos membros:** 172 Horas/Mês

**Responsável:** Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 16 horas/Mês)

**Membros Vinculados:** Vladimir de Carvalho Luz (C.H. 16 horas/Mês)  
Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 16 horas/Mês)  
Paulo Eduardo Alves da Silva (C.H. 16 horas/Mês)  
Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 16 horas/Mês)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 16 horas/Mês)  
Juliana Sanches Ramos (C.H. 16 horas/Mês)  
Joel Luiz Costa (C.H. 16 horas/Mês)  
Ilzver de Matos Oliveira (C.H. 8 horas/Mês)  
Djefferson Amadeus (C.H. 16 horas/Mês)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 16 horas/Mês)  
Betânia de Oliveira Almeida de Andrade (C.H. 4 horas/Mês)

---

**Atividade:** Apresentação do curso e do IDPN

**Início:** Jun/2022 **Duração:** 1 Dia

**Somatório da carga horária dos membros:** 32 Horas Total

**Responsável:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 4 horas Total)

**Membros Vinculados:** Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 4 horas Total)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 4 horas Total)  
Juliana Sanches Ramos (C.H. 4 horas Total)  
Joel Luiz Costa (C.H. 4 horas Total)  
Djefferson Amadeus (C.H. 4 horas Total)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 4 horas Total)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 4 horas Total)

---

**Atividade:** Aula de abertura

**Início:** Jun/2022 **Duração:** 1 Dia

**Somatório da carga horária dos membros:** 32 Horas Total

**Responsável:** Juliana Sanches Ramos (C.H. 4 horas Total)

**Membros Vinculados:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 4 horas Total)  
Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 4 horas Total)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 4 horas Total)  
Joel Luiz Costa (C.H. 4 horas Total)  
Djefferson Amadeus (C.H. 4 horas Total)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 4 horas Total)

**Atividade:** Avaliação e encerramento do curso

**Início:** Set/2022 **Duração:** 1 Dia

**Somatório da carga horária dos membros:** 56 Horas Total

**Responsável:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 7 horas Total)

**Membros Vinculados:** Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 7 horas Total)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 7 horas Total)  
Juliana Sanches Ramos (C.H. 7 horas Total)  
Joel Luiz Costa (C.H. 7 horas Total)  
Djefferson Amadeus (C.H. 7 horas Total)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 7 horas Total)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 7 horas Total)

---

**Atividade:** História do movimento negro

**Início:** Jun/2022 **Duração:** 1 Dia

**Somatório da carga horária dos membros:** 32 Horas Total

**Responsável:** Juliana Sanches Ramos (C.H. 4 horas Total)

**Membros Vinculados:** Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 4 horas Total)  
Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 4 horas Total)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 4 horas Total)  
Joel Luiz Costa (C.H. 4 horas Total)  
Djefferson Amadeus (C.H. 4 horas Total)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 4 horas Total)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 4 horas Total)

---

**Atividade:** Letramento Racial

**Início:** Jun/2022 **Duração:** 1 Dia

**Somatório da carga horária dos membros:** 36 Horas Total

**Responsável:** Juliana Sanches Ramos (C.H. 4 horas Total)

**Membros Vinculados:** Samuel Santana Vida (C.H. 4 horas Total)  
Pedro Heitor Barros Geraldo (C.H. 4 horas Total)  
Lucas Orlando Pinheiro (C.H. 4 horas Total)  
Letícia Barros Corrêa de Lima (C.H. 4 horas Total)  
Joel Luiz Costa (C.H. 4 horas Total)  
Djefferson Amadeus (C.H. 4 horas Total)  
Carlos Victor Nascimento dos Santos (C.H. 4 horas Total)  
Ana Paula de Oliveira Sciammarella (C.H. 4 horas Total)

---

Local \_\_\_\_\_, 12/08/2022

---

**Pedro Heitor Barros Geraldo**  
Coordenador(a)/Tutor(a)

---